



O jornalismo, os conflitos e o ex-cêntrico na experiência do presente

Fernando Resende¹

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este artigo buscar problematizar o jornalismo a partir do argumento de que a reflexão sobre esta prática e saber, se tomarmos como ponto de partida conflitos de natureza político-cultural, é dependente de contextos geopolíticos atravessados pelas lógicas de poder que tanto se inscrevem nos conflitos como também os produzem. Ao pensar o contemporâneo à luz do avanço tecnológico e de um paradigma relacional, o objetivo é entender o jornalismo na perspectiva da sua escritura, considerando a linguagem como problema central. Tomando como exemplos os engendramentos de poder inscritos no conflito Israel/Palestina e a produção de um diário, como relato jornalístico, o intuito é pensar como distender o presente, no âmbito da narrativa, torna-se, ele próprio, um gesto de valor epistêmico, particularmente por descentrar algumas das lógicas hegemônicas ainda vigentes nos estudos jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo; Conflito; Narrativa; Poder; Tempo.

¹ Professor do curso de Estudos de Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Departamento de Mídia e Estudos Culturais da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor da Cátedra João Guimarães Rosa de Estudos Culturais e da Comunicação no Brasil (Universität Tübingen, Alemanha). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFF). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2002), Pós-doutorado na School of Oriental and African Studies (SOAS - University of London - Inglaterra - 2013). E-mail: fernandoaresende1501@gmail.com

1. Introdução

“Se a leitura do jornal diário é a reza do homem moderno, quão estranho é o homem que hoje reza lendo estes assuntos confusos” (LATOUR, 2009, p.08). É desta maneira que Bruno Latour nos interpela ao problematizar a produção de conhecimento no mundo que chamamos “moderno”. Para este autor, o jornal se torna uma metáfora instigante, pois ao se esforçar para dar ordem às nossas experiências no mundo da vida, ele materializa – ou serve como exemplo para se pensar – uma certa crise na maneira através da qual conhecemos e narramos o mundo. Com o jornal, ainda acompanhando o seu raciocínio, ficamos entre a proliferação de híbridos – somos todos um misto de natureza e cultura – e o trabalho de eliminação desses híbridos - o esforço de assepsia com o qual lida, de modo geral, o processo de produção de conhecimento.

O trabalho de separar para organizar – gesto que, para além do jornal e do jornalismo, é próprio do pensamento moderno – está diretamente ligado ao esforço de eliminação dos híbridos; uma atitude que operacionaliza conhecimentos distanciados do mundo que experimentamos. É nesse sentido que os saberes, tal qual os assuntos, se apresentam confusos, pois para Latour, no próprio espaço do jornal, como também o é no mundo da vida, “toda a cultura e toda a natureza são diariamente reviradas [...]” (2009, p.08).

É assim que, para este autor, fatos, poder e discurso - que diretamente nos remetem ao real, ao social e ao narrado - só se apresentam como separáveis à luz de disciplinas e procedimentos metodológicos que visam à explicação e à organização dos hibridismos. Fazendo referência aos assuntos geralmente abordados no jornal, Latour nos lembra:

O buraco de ozônio é por demais social e por demais narrado para ser realmente natural; as estratégias das firmas e dos chefes de Estado, demasiado cheias de reações químicas para serem reduzidas ao poder e ao interesse; o discurso da ecossfera, por demais real e social para ser reduzido a efeitos de sentido (2009, p. 12).

Tal problematização dá lugar a uma longa e densa reflexão sobre nossos modos de pensar, estar e narrar (n)o mundo. E é por este viés que este artigo sugere pensar o

território palestino como um desafio para a imprensa. Como separar os interesses econômicos e políticos dos imaginários coletivos e desejos que habitam um território em disputa? Como narrar a invasão e a ocupação da Palestina frente à certeza - ou ao uso do discurso religioso – de ser este gesto nada mais do que uma “volta à Terra Prometida”? Como dar a ver o conflito na complexidade que ele se apresenta diante das demandas de objetividade e tempo que regem o discurso jornalístico? Tais indagações acompanham este artigo, que tem como parte do seu argumento a premissa de que a reflexão sobre o jornalismo, se tomarmos como ponto de partida conflitos de natureza político-cultural – como é o que acontece no território palestino –, é dependente de contextos geopolíticos atravessados pelas lógicas de poder que tanto se inscrevem nos conflitos como também os produzem.

A partir de questões levantadas pela cobertura do conflito Israel/Palestina feita pelo repórter-quadrinista Joe Sacco², e diante de tantos outros relatos sobre este conflito a que temos acesso a partir do próprio avanço tecnológico, é colocada em questão a condição de o jornalismo ser uma instância de enunciação midiática cujos valores legitimados, há de se argumentar, sempre seguiram uma lógica externa às problemáticas da linguagem. Sob esta perspectiva, com o intuito de problematizar a imprensa, pensando-a na atualidade como mais um lugar possível de enunciação acerca do acontecimento, esta reflexão considera fundamental pensar o jornalismo a partir de dois distintos quadros histórico-culturais.

2. A imprensa hoje: entre o informacional e o relacional

Ao balizar dois conjuntos de experiências distintos – quadros histórico-culturais – encontramos desafios que nos permitem considerar os modos de encenação da notícia (o lugar próprio da representação e da linguagem) como lugares possíveis de onde emerge uma diversidade de sentidos que viabiliza um processo de ressignificação de valores do/para o jornalismo (RESENDE, 2012). O primeiro deles, tomado por uma concepção do que seria falar para uma suposta massa é pautado pelo que podemos

² Ver particularmente Joe Sacco (2000; 2005; 2010).

chamar de “paradigma informacional”. No que se refere ao seu projeto enunciativo, este quadro coloca para o jornalismo um problema exclusivo: transmitir o que ele define como informação. O *falar para* é o propósito de referência deste quadro histórico-cultural que experimentamos, muito particularmente, até os anos finais do século XX.

Uma das características deste quadro, por exemplo, está na imprensa que particularmente se voltou para os princípios da objetividade, dando a esta proposição técnica um caráter ideológico no âmbito da profissão. Nas palavras de Schudson, “com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em dúvida” (2001, p.122). Esta imprensa, ao sustentar estratégias, epistemologias e técnicas, produziu um modo de falar que contribuiu para que ela própria se legitimasse como detentora de saber sobre os modos de produção do acontecimento.

Pensando a partir da narrativa e do problema da enunciação, os recursos estratégicos e técnicos (a objetividade e o uso de aspas, por exemplo) ou epistemológicos (o saber produzido a partir de um suposto distanciamento por parte de quem narra), exatamente porque produzem um modo de falar no jornalismo, foram (e têm sido) cruciais para sustentá-lo no seu lugar de legítimo enunciador de uma suposta verdade do fato. Foi assim que a estratégia da objetividade (TUCHMAN, 1999), transformada em componente ideológico, tornou-se crucial para fazer da linguagem um problema aparentemente resolvido.

Já o segundo conjunto de experiências – no viés do que se pode chamar de um “paradigma relacional” – recoloca em outros termos, para o campo e a prática do jornalismo, a problemática da linguagem. Caso pudéssemos definir cronologicamente o seu momento de instalação, diríamos que ele “nasce” primordialmente com / e a partir (d)o avanço tecnológico que torna possível a complexificação e o aumento das produções narrativas. Exatamente o mesmo que faz com que a questão da representação, enquanto problema do jornalismo, seja compreendida como um tiro saído pela culatra: o próprio avanço tecnológico e as demandas pela representatividade produzem múltiplos fazeres e narrares, tornando minimamente desejável a ideia de que a comunicação e,

certamente, o jornalismo sejam espaços nos quais possam coexistir sujeitos em relação (FRANÇA, 2006).

Se no quadro anterior, compreendia-se representação como resultado de uma cópia da realidade, ou uma mimese, no sentido aristotélico – um aspecto teórico bastante preciso para o jornalismo em questão, pois o resguarda em sua função primordial de referencialidade e de relação direta com a verdade do fato – no quadro histórico-cultural que hoje experimentamos, entra em questão uma percepção mais voltada para o reconhecimento de uma multiplicidade possível de representações acerca do acontecimento. Na concepção de Rancière, trata-se hoje de um outro regime no qual o estético é tomado como referência, uma outra visão de mundo, menos submissa à “regulagem representativa do visível e da palavra [...], à identificação do processo de significação à construção da história” (2012, p.133). Para este autor, o atual regime “abole a circunscrição mimética que separava a razão das ficções da razão dos fatos, a esfera da representação de outras esferas da experiência” (2012, p.133)³.

Por este viés, os dias atuais deflagram, para a imprensa, a premência de considerarmos a linguagem como um problema, e seu reconhecimento implicaria pensar que não se trata mais de um *falar para*, mas muito mais fortemente, da demanda por um *falar com* (RESENDE, 2012). No que se refere à centralidade dos problemas que a relação entre a Comunicação e a dimensão da experiência produz, e com as quais ela precisa conviver, Marcos tece considerações importantes, levando em conta o “relacional” como um desafio hoje “incontornável”. Para esta autora,

A dimensão relacional, tensional, simbólica e mediada da experiência confere à Comunicação um lugar de princípio. No âmbito epistemológico das Ciências da Comunicação, o modo de ser do sujeito face ao mundo, aos outros e a si próprio desenha um quadro de reflexão incontornável. Incontornável porque instável, sem contornos pré-definido. Incontornável porque indispensável, sem alternativa. (2007, p. 244)

³ Rancière (2012) toma a arte, no sentido amplo, como parâmetro para pensar o que ele chama de diferença entre o “regime representativo” e o “regime estético”. É preciso levar em conta este fato ao fazermos a passagem da reflexão deste filósofo para os problemas da imprensa e do jornalismo, entretanto, não se deve inviabilizar a transposição dos problemas de um dito sistema para outro. O que Rancière faz notar em relação à representação e aos sistemas que produzem linguagem no mundo atual é amplo o bastante para nos apoiar na crítica que busco fazer em relação à imprensa. Para Rancière, antes de tudo, representação é um problema de linguagem, o que no âmbito desta reflexão nos é crucial.

É por este viés que a argumentação central deste artigo gira em torno do fato de que para o jornalismo, hoje, a problemática da representação assume um valor preponderante tanto em termos teóricos quanto práticos. Para além de falar do mundo, uma das questões que hoje atravessa o jornalismo diz respeito aos modos de falar no mundo. É neste conjunto de problemas que representação e linguagem se apresentam para a imprensa como contornos inseparáveis. E é nesta perspectiva que o “como falar *com*” se torna uma pergunta essencial.

3. Produção de estereótipos e modos de resistir pela linguagem

Jean Genet, que passou dois anos morando em um campo de refugiado palestino, na Jordânia dos anos 1970, mostrava-se já preocupado com o processo de produção de narrativas sobre o conflito, que tinham como intuito transmitir a realidade. Em relação ao conflito, referindo-se ao uso dos significantes terrorismo, holocausto e genocídio, Genet dizia: “É bastante inteligente da parte de Israel levar a guerra ao coração da linguagem”.⁴ Corroborando a tese de Said (1992), Genet já se referia ao fato de que o conflito Israel/Palestina é travado, também e além de tudo, pelo viés da narrativa. A disputa por quem tem o poder de “melhor” narrar os sentidos que abarcam o conflito é um fato preponderante, que hoje, mais que nunca, está na base de sustentação do próprio conflito.

Em uma tal guerra de narrativas, na qual os sentidos são disputados “no coração da linguagem”, atores hegemônicos – como é o caso do Estado de Israel – sempre começam vencendo; eles detêm o discurso dominante e os aparatos que sustentam sua causa⁵. E como narrativa e poder são também gestos incontornáveis (SAID, 1994), o terreno torna-se vulnerável e bastante propício à sedimentação de estereótipos e binarismos.

⁴ No original: “it is very smart of Israel to carry the war right into the heart of vocabulary”. Genet, J. *The Prisoner of Love*, New York Review Books, New York, 2003: 374.

⁵ Esta reflexão se deve aos trabalhos de Bakhtin e Foucault, basicamente a partir do pensamento do primeiro deles sobre o discurso como “campo de batalha social” (ver Mikhail Bakhtin, 1981), e a preocupação de Foucault em relação à preponderância que o conhecimento e o discurso disciplinar têm sobre a representação. (ver Michel Foucault, 2002).

Porém, o atual cenário midiático global levanta - ou pelo menos joga luz sobre - a questão dos sentidos que os significantes adquirem nas narrativas sobre o conflito. E é no bojo do jornalismo que flagramos modos distintos de encenar a luta pelo território palestino. Em uma reportagem para a *Revista piauí*, Flávia Castro faz um diário, colocando em cena duas das narrativas centrais que vigoram no conflito Israel/Palestina⁶. De um lado, israelenses certos de que o território é deles por direito, do outro, palestinos, seguros da violação do seu direito de viver na própria terra. O caminho que a jornalista escolhe para mostrar essas “duas narrativas”, como ela mesma chama, não consiste – e isto é muito importante – em simplesmente apontar, ou mostrar, que elas existem. O desdobramento dos sentidos sobre o conflito, como veremos, está tanto na forma como nos recursos que ela utiliza para narrar a disputa.

A própria escolha de fazer um diário, forma tão particular para a produção de relatos do cotidiano, é já relevante, pois ressalta uma experiência com o presente imediato, sem a demanda por uma explicação ou por uma conclusão acerca do lugar para o qual nos levaria o conflito. Afinal de contas, todo diário precisa do dia seguinte para que o(s) acontecimento(s) se desdobre(m)⁷.

Como “um relato fracionado, escrito retrospectivamente, mas com um curto espectro de tempo entre o acontecido e o seu registro”, Martins e Azevedo apontam para o fato de que no diário há sempre “um ‘eu’, com vida extratextual, comprovada ou não (...), que singulariza e revela, por escolhas particulares, um ‘eu narrador’, sempre muito próximo dos fatos” (2016: s/p). Com vistas à potência para o jornalismo da existência, no texto, de um narrador-jornalista (Resende, 2005), este é um dado relevante, já que, por princípio, reconfigura o discurso dominante que recorre às ideias de imparcialidade e objetividade como aspectos fulcrais do relato jornalístico.

⁶ Em <http://revistapiauui.estadao.com.br/edicao-103/diario-flavia-castro/entre-duas-narrativas> (Acesso em Ag. 2015.)

⁷ Na invasão que o Iraque sofreu em 2003, Sérgio D’Avila, no jornal *Folha de São Paulo*, faz uso desta mesma forma. O jornalista publica durante um mês a coluna “Diário de Bagdá”, que hoje é um livro: *Diário de Bagdá – A guerra do Iraque segundo os bombardeados*, de Sérgio Dávila e Juca Varella, DBA, São Paulo, 2003

Flávia Castro, ao narrar em primeira pessoa, desloca-se da perspectiva de autoridade que tal procedimento de antemão lhe garantiria, pois deixa claro a sua própria dúvida quanto ao que vai encontrar.

11 DE DEZEMBRO, QUINTA-FEIRA. Estou no Aeroporto Ben Gurion, em Tel-Aviv, na fila da polícia. Ensaio mentalmente todas as respostas que me ocorrem às perguntas que os agentes de segurança certamente farão. Amigos me preveniram: “Não se assuste, é assim com todos. Podem até te levar para uma salinha...” Verifico pela décima vez meus documentos. A fila avança.

O “ensaio mental” para que se tenha as respostas na ponta da língua e o ato insistente de verificar os documentos, gestos tão conhecidos como próprios de quem está em estado de tensão ao entrar em qualquer país, denotam, de partida, o fato de que é do inesperado que esta narrativa vai tratar. A jornalista deste modo abre para nós o desconhecido no qual ela mesma entra, a partir de uma experiência que nos é comum a todos. São sensações a que temos acesso através de um relato cujo tempo é a própria medida do acaso e da experiência. Ela prossegue: "Menos de quinze minutos depois de eu ter tocado o solo, desmoronava minha primeira ideia pronta sobre Israel. Afinal, não foi difícil entrar".

A jornalista segue descrevendo o caminho até o apartamento em que ficará hospedada. A cidade de Jerusalém, para onde Castro se dirige logo que sai do aeroporto de Tel Aviv, longe de ser apresentada pelos seus já conhecidos locais de peregrinação, chega até nós através das barreiras que ela enfrenta:

Minha imaginação paranoica não resiste à ideia de que no momento em que eu estiver cruzando a cancela uma ressonância magnética revelará todos os segredos do meu corpo, e até de meus pensamentos.

Desse modo, distante da narrativa religiosa que por princípio nos tomaria pelo minimamente conhecido, através do corpo da narradora, acessamos já os entraves que circundam uma cidade sitiada. Chegamos ao aeroporto em Israel, pegamos a estrada, vemos "tanques verde-claros estacionados no acostamento" e nos deparamos logo com as disputas e os limites que o território vive.

Para Bhabha, o narrar é que torna possível o gesto de colocar em cena camadas de “restos, retalhos, pedaços da vida cotidiana”, partes que, para este autor, “são insistentemente transformadas [por narrativas totalitárias] em signos coerentes de uma

suposta cultura nacional”⁸. A tensão que experimentamos, as cancelas e os tanques que cruzamos com Flávia Castro, no escopo das grandes narrativas que formam e permeiam o conflito Israel/Palestina, são para nós os retalhos, ou os pedaços de um cotidiano, elementos fundamentais para uma leitura menos determinada - e menos determinista - acerca daquele território.

Sob essa ótica, a reportagem de Flávia Castro se desloca das narrativas totalitárias exatamente por atravessar o conflito, sem que tenha que recorrer ao esforço de defini-lo ou explicá-lo. A visita ao Museu do Prisioneiro Palestino, seguida por uma outra, ao Museu do Holocausto, abre contrapontos importantes, pois delineiam, desde já, as duas narrativas a que a autora se refere:

17 DE DEZEMBRO, QUARTA-FEIRA - Da Palestina fomos direto para um dos mais importantes memoriais do Holocausto, o Yad Vashem, localizado numa colina nas proximidades de Jerusalém. Somos recebidos por Avraham Milgram, simpático historiador brasileiro que trabalha lá há muitos anos. Ele nos diz: 'Cada museu do Holocausto tem o seu ponto de vista. Aqui, toda a narrativa é construída a partir do ponto de vista da vítima.' Como que em continuação do museu, vejo Jerusalém. Israel, 'a Terra da Salvação' para uns, 'a Terra Prometida' para outros. O fim da narrativa é claro. Estamos nela. Penso novamente no Museu do Prisioneiro Palestino. A simplicidade de um, a sofisticação do outro. Os dois têm uma coisa em comum: o lugar da vítima, no centro das respectivas narrativas, como ponto de partida para pensar o seu lugar no mundo.

Todos são vítimas, esta é a regra que define os modos de ser no território palestino; uma afirmativa absolutamente contestável diante da ocupação e da não equiparidade⁹ que rege as forças que atuam no conflito. Pensamos: se o que há em comum entre o palestino e o israelense é pensar o mundo a partir do seu lugar de vítima, encontramos-nos no cerne do imbróglio: qual das vítimas tem mais ou menos direito a este lugar?

Flávia Castro, quase um mês depois da visita aos museus, volta ao tema: "13 DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA - Para eles, o único ponto de partida e de chegada possível

⁸ Tradução livre do original, "(...) the scraps, patches and rags of daily life are repeatedly turned into the signs of a coherent national culture". In: *Bhabha*, Homi (2006, p.209).

⁹ Ilan Pappé (2010) faz uma crítica contundente à mídia, de modo geral, dizendo que para narrar o conflito na região, ela parte de um injusto "paradigma de equiparidade", o que pressupõe uma igualdade entre o Estado de Israel e a Palestina.

para pensar o mundo é a própria tragédia”. Neste instante, a jornalista toca no que talvez seja o mais acentuado dos problemas: a questão territorial. Ela conta:

Numa livraria, vejo um mapa da Palestina de 1948, igual ao que o guia do museu palestino e o colono [no Museu do Holocausto] usaram para suas narrativas. Entro e compro, talvez numa esperança vã de que o traçado das fronteiras me ajude a dar alguma concretude às mil questões que me assolam.

Esforço vão o da narradora, pois não há mapa ou linha fronteira que consiga explicar a divisão entre o território palestino e o ocupado. O trauma ou a crença cega, em cada um, é o que traça o seu mapa; é o que desenha a sua fronteira.

Partindo de uma perspectiva histórica do conflito Israel/Palestina, Rashid Khalid argumenta que “a dura tarefa dos palestinos para cruzar fronteiras, limites e barreiras dentro e fora da sua própria terra [...] não diminuiu” nos últimos 20 anos¹⁰. Seja em relação à progressiva perda do território, ao aumento no número de palestinos sendo presos e assassinados ou ainda ao crescimento no número de campos de refugiados na região, os séculos XX e XXI testemunham um conflito dramático e sem fim no qual, não há dúvida, a Palestina e os palestinos são o lado perdedor.

De uma perspectiva cultural, entretanto, nota-se também que desde o final do século XX, o mundo tem experimentado uma mudança significativa e um avanço tecnológico bastante singular no que se refere à diversificação de aparelhos eletrônicos através dos quais as histórias são contadas e disseminadas. Há ainda filmes, documentários e programas de TV, por exemplo, que também contam histórias do conflito, muitas vezes, de forma diferenciada da que estamos habituados a ler nas chamadas “mídias hegemônicas e tradicionais”. Hoje, talvez mais que nunca, temos acesso a várias narrativas sobre este conflito de formas distintas através dos mais diversos meios.

Longe de pensar que seja este o fim dos oligopólios das mídias e ainda que todos os cidadãos têm o mesmo acesso à produção e à leitura dessas narrativas, uma certa pulverização dessas histórias, e portanto dos saberes sobre o conflito, não pode ser desconsiderada. Seja através de telefones móveis ou redes sociais, por exemplo, com narrativas em primeira pessoa e informação vinda direta do local do conflito, partindo

¹⁰ Tradução livre do original: “[...] the travails of Palestinians in crossing boundaries, borders, and barriers within and without their homeland [...] have not diminished.” In: Rashid, Khalidi (2010, xxiv).

inclusive daqueles que o experimentam no cotidiano, tais narrativas, para o bem e para o mal, alteram a nossa compreensão do conflito propriamente dito (RESENDE; PAES, 2011).

Para entender a Palestina na sua contemporaneidade e nos seus gestos de resistência, Tawil-Souri associa e contrapõe a ideia de uma expansão midiática com a redução espacial do território palestino. Segundo a autora, este aspecto forma um relevante "campo de contradições", pois junto com "repressão, obstrução, controle, vigília e silenciamentos", é somente dos anos 90 em diante, que "os palestinos que vivem nos Territórios Ocupados têm a 'liberdade' para produzir mídia".¹¹ A ênfase que a autora dá à palavra "liberdade" certamente chama atenção para o fato de que a produção de narrativa, principalmente nos Territórios Ocupados, ainda é uma questão problemática. Porém, após a Nakba (1948), o que Tawil-Souri reconhece é que este é um momento importante para os palestinos, que, de muitas maneiras, vêm sendo capazes de contar as histórias da sua luta e das suas vidas cotidianas. Assim, acompanhando o raciocínio de Tawil-Souri, contextualizar a Palestina no cenário global contemporâneo, contrastando este aumento dos produtos culturais com o acirramento e a maior gravidade das questões políticas e econômicas efetivamente enfatiza os signos de resistência que marcam as vidas dos palestinos. Narrar - sugiro - é criar cultura, e este gesto, no caso da Palestina, ainda de acordo com Tawil-Souri, é uma "forma de resistência política" (2012, p.139).

4. Dos descentramentos necessários

Bhabha nos alerta acerca da necessidade, nas sociedades pós-coloniais, de pensarmos e trabalharmos a partir de "um lugar expandido e ex-cêntrico de experiência e aquisição de poder (2006, 23). No atual quadro histórico-cultural em que nos encontramos, e no caso específico do conflito Israel/Palestina, o que se apresenta fora do centro é o gesto de reconhecer as ambiguidades e os paradoxos constitutivos da luta,

¹¹ Tradução livre do original: "repression, obstruction, control, surveillance and silencing, it is since the 1990s that Palestinians in the Territories have [...] had the 'freedom' to create media". Tawil-Souri, H. "The necessary politics of Palestinian Cultural Studies", in: Sabry, T. (ed), *Arab Cultural Studies – mapping the field*, I.B.Tauris, London 2012, s. 145

significa referendar. Por esta perspectiva, não cabe, neste caso específico, um relato jornalístico cujo conteúdo independe da forma; o cruzamento estética/política, nos termos de Rancière (2005), é um recurso fundamental.

O esforço do jornalismo, assim, é pensar contra os fatos (MORETZSOHN, 2007), narrar no sentido contrário à sedimentação das estereotípias, escavando os processos em que se inscrevem os conflitos de longa duração e produzindo narrativas que falem também do que constitui os poderes que os engendram. Nesse sentido, o jornalismo, além de buscar investigar possíveis encaminhamentos para os conflitos, seria um agente – efetivamente uma instância de enunciação – cuja função primordial seria colocar em cena as derivações, projeções, contradições e os paradoxos que todo enfrentamento geopolítico suscita.

Além disso, mais do que encontrar formas para narrar esta luta, já sabemos que variáveis são as narrativas do mundo (BARTHES, 1971), é preciso investigar caminhos por onde pensar o jornalismo a partir dos enfrentamentos geopolíticos. Tendo em vista os conflitos que hoje experimentamos e um cenário midiático marcado essencialmente pela diversidade de meios e formas através dos quais narrar as histórias do presente, havemos de refazer a pergunta sobre qual é o lugar e a função do jornalismo.

Por exemplo, se partirmos de uma definição de jornalismo como uma atividade cujo propósito é dar a ver fatos e histórias de um tempo *em processo*, torna-se mais que urgente ressignificar e reconstituir, para esta prática e saber, a concepção de tempo como valor epistêmico. E enquanto instância de enunciação cujo propósito é narrar as histórias que vivemos hoje, cabe ao jornalismo distender o presente, encontrando espaços de sentidos nos entretempos do imediato.

D’Amaral, ao discutir os problemas relacionados à comunicação e às dinâmicas das alteridades, nos lembra que “o presente não é o sempre-já-dado [...]”. Ele prossegue:

O presente não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro: nossa autopresença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser reveladas por suas descontinuidades, suas desigualdades, suas minorias. (D’AMARAL, 2004, p. 23).

O fato de toda narrativa apontar sempre para uma dimensão temporal múltipla, na qual presente, passado e futuro são zonas confluentes (RICOEUR, 2010), precisa passar a ser usado a favor da escritura jornalística. É nesta escritura, que é sempre e ao

mesmo tempo social, cultural e política, que se deve zelar pelo gesto de entrelaçar e complexificar desejos e interesses, o que também se pode chamar de "jogos de poder". Pois são esses, antes de tudo, os fatos que marcam as nossas experiências no tempo presente.

Referências

- BAKHTIN, M. (1981). **The dialogic imagination**, University of Texas Press, Austin
- BARTHES, R. (1988). **O rumor da língua**, Brasiliense, São Paulo
- _____. (1971). **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes.
- BHABHA, H.(2006). **The location of culture**, Routledge Classics, London.
- _____. (1990). **Nation and Narration**, Routledge, London.
- BIRD, E. & DARDENNE, R. (1999). “Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias”. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Vega.
- D’AMARAL, M. (2004). **Comunicação e diferença – uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns**. Rio de Janeiro: UFRJ.
- FOUCAULT, M. (2002). **The archaeology of knowledge**. Routledge, London.
- FRANÇA, V. (2006). "Sujeito da *comunicação*, sujeitos em *comunicação*". In: FRANÇA, V.; GUIMARÃES, C. (orgs.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica.
- GENET, J. **The Prisoner of Love**, New York Review Books, New York 2003
- GOMES, M. (2008). **Comunicação e Identificação: ressonâncias no jornalismo**. Cotia: Ateliê Editorial.
- KHALIDI, R. (2010). **Palestinian Identity – the construction of modern national consciousness**, Columbia University Press, New York.
- LATOURETTE, B.(2009). **Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Nova Fronteira.
- MARCOS, M. (2007). **Princípio da relação e paradigma comunicacional**. Lisboa: Colibri.
- MARTINS, J. M e AZEVEDO, F. (2016). “O diário: uma representação polifônica do eu”. Revista Acta Scientiarum – Human Social Sciences, Maringá, v. 38, n.1

MORETZSOHN, S. (2007). **Pensando contra os fatos – jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan.

PAPPÉ, I. & HILAL, J. (2010). **Across the wall – narratives of Israeli-Palestinian History**. London: I.B.Tauris.

RANCIÈRE, J. (2012). **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____ (2005). **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Ed. 34.

RESENDE, F. (2012). “Falar para as massas, falar com o Outro: valores e desafios do jornalismo”. In: França, V. & Vaz, P. (orgs.). **Comunicação midiática: instituições, valores, cultura**. Belo Horizonte: Autêntica..

RESENDE, F. e PAES, A. (2011). "The Arab conflicts and the media discourse - a Brazilian perspective". In: *Global Media and Communication Journal*. London: Sage, vol.7, n.3, p. 215-219.

_____ (2005) “O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista”. In: Revista Contracampo (UFF), n.12.

RICOEUR, P. (2010) **Tempo e narrativa**. (Tomos 1, 2 e 3). São Paulo: Martins Fontes.

SACCO, J. (2010). **Notas Sobre Gaza**. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2005). **Palestina - Na Faixa de Gaza**. São Paulo, Conrad.

_____ (2000). **Palestina: Uma Nação Ocupada**. São Paulo: Conrad.

SAID, E. (2003). **Culture and Resistance: conversations with Ed. Said**, Cambridge, South End Press.

_____ (1994). **Culture and Imperialism**. London: Vintage.

_____ (1992). **The Question of Palestine**, Vintage Books, London.

SCHUDSON, M. “The objectivity norm in American newspapers”. In: *Journalism: theory, practice and criticism*. Vol.2, N.2, p. 149-170, 2001.

TAWIL-SOURI, H. (2012). “The necessary politics of Palestinian Cultural Studies”, in: Tarik Sabry (ed), *Arab Cultural Studies – mapping the field*, I.B.Tauris, London.

TUCHMAN, G. (1999). “Contando histórias”. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Vega.